Nota Curricular

Aquilino Paulo da Silva Antunes, natural de Alcabideche, Cascais, 61 anos de idade.

Percurso académico

Licenciado em Direito (menção Ciências Jurídicas) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em Julho de 1987, com a avaliação final de 13 valores.

Pós-graduado em Direito da Propriedade Industrial pela mesma faculdade em colaboração com a Associação Portuguesa de Direito Industrial (VII Curso Pós-Graduado sobre Direito da Propriedade Industrial), em Setembro de 2008.

Frequência do II Curso de Verão de Propriedade Industrial, em Julho de 2009.

Frequência do *O'Neill Institute Summer Program on Global Health Law and Governance*, no *Georgetown University Law Center*, em Junho de 2012.

Especializado em Avaliação do Impacto de Leis (Curso Avançado) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em colaboração com a Presidência do Conselho de Ministros, em 2011.

Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, na área de ciências jurídico-económicas, em Maio de 2012, com a avaliação final de 17 valores.

Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, na área de ciências jurídico-económicas, desde 22 de Novembro de 2019, aprovado com distinção e louvor por unanimidade.

Percurso profissional

Iniciou o estágio de advocacia em Novembro de 1987 e tem inscrição definitiva como Advogado na Ordem dos Advogados Portugueses desde 4 de Abril de 1990 (Cédula Profissional n.º 8570-L).

Exerce advocacia como profissional liberal, desde Abril de 1988, em escritório próprio, sito, desde 2001 na Rua da Escola Secundária de Carcavelos, n.º 60, Atelier, Sassoeiros, 2775-673 Carcavelos.

Vem prestando consultoria a entidades e empresas dos sectores público, privado, cooperativo e social. Principais áreas de prática: direito e contencioso administrativo e militar; direito e contencioso laboral; direito e contencioso tributário; direito civil e comercial, da família e das sucessões; direito e contencioso penal e do ilícito de mera ordenação social.

De 1 de Agosto de 1988 a 31 de Dezembro de 2010, colaborou como jurista com a Caminhos de Ferro Portugueses, E.P., onde exerceu alguns cargos de chefia e prestou assessoria jurídica na área das relações colectivas de trabalho.

De Agosto de 1991 a 31 de Dezembro de 2009, foi assessor jurídico do Superintendente dos Serviços do Pessoal da Armada.

Prestou assessoria jurídica ao referido dirigente e aos demais serviços do pessoal no âmbito da aplicação do direito militar e do direito administrativo no que concerne ao pessoal militar e militarizado, bem como ao pessoal civil da Marinha, e patrocinou a mesma entidade em vários processos junto dos Tribunais Administrativos e do Tribunal Constitucional.

De Maio de 2000 a Agosto de 2008 e de 24 de Fevereiro de 2010 a 10 de Julho de 2014, foi responsável pelo Gabinete Jurídico e de Contencioso do INFARMED, I.P.

No exercício destas funções, o signatário, para além da gestão da equipa, prestou assessoria jurídica ao Conselho Directivo e aos serviços do Instituto em todas as áreas do direito, com especial enfoque no direito farmacêutico, administrativo, fiscal, comercial, civil, penal, laboral e do ilícito de mera ordenação social. Na área do contencioso tributário, assegurou o patrocínio do INFARMED, I.P., em diversos (mais de 150) processos judiciais de impugnações de liquidações de taxas de comercialização cobradas pelo Instituto. Foi Agente do Estado português junto do Tribunal de Justiça da União Europeia em vários processos: (apensos) C-570/07 e C-571/07; C-60/09; C-249/09; C-400/09; C-427/09; C-125/10; C-207/10; (apensos) C-322/10 e 422/10; C-7/11; C-131/11; C-555/11; C-544/13; C-577/13; C-627/13; C-

661/13 e C-691/13. Foi representante do Ministério da Saúde nas reuniões do Grupo de Trabalho do Conselho sobre Medicamentos e Dispositivos Médicos. Prestou apoio à preparação de diplomas legais, incluindo transposição de directivas comunitárias.

Desde 13 de Outubro de 2014, é responsável pelo Gabinete Jurídico da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.

Compete-lhe assegurar a assessoria jurídica ao conselho diretivo e às demais unidades orgânicas, emitir pareceres jurídicos e elaborar projetos de diplomas legais, assegurar o exercício do mandato judicial nos processos em que a ACSS, I. P., seja parte, assegurar a informação e o apoio necessários à preparação e acompanhamento dos processos, designadamente judiciais e administrativos, assegurar a ligação entre a ACSS, I. P., e os seus mandatários judiciais e acompanhar a respetiva actividade, colaborar na elaboração de regulamentos internos e assegurar o acompanhamento da evolução do direito comunitário e dos assuntos regulamentares em domínios que digam respeito às áreas de atribuições da ACSS, I. P., sem prejuízo das competências de outras unidades orgânicas.

Desde Junho de 2020, é árbitro do CAAD-Centro de Arbitragem Administrativa (na vertente da Arbitragem Administrativa) (https://www.caad.org.pt/administrativo/arbitros).

Desde Janeiro de 2021 até Julho de 2024, foi membro da Comissão de Ética para a Investigação Clínica.

Desde Janeiro de 2022, é Investigador Associado do *Lisbon Public Law Research Centre*.

Actividades académicas como prelector/orador/*reviewer*

O signatário tem participado em alguns cursos, congressos e seminários como prelector/orador convidado, como é o caso dos seguintes:

— Em 13 de Março de 2002, na Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, Mestrado em Regulação da Farmácia e do Medicamento – Aula sobre Publicidade de Medicamentos

— Em 4 de Maio de 2002, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Pós-Graduação em Direito da Farmácia e do Medicamento – Aula sobre Direito Comunitário do Medicamento

— Em 5 de Maio de 2003, no Hotel Tivoli-Coimbra, Seminário para Jornalistas da Área da Saúde – comunicação sobre Publicidade de Medicamentos

— Em 10 de Maio de 2005 na Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, Mestrado em Regulação da Farmácia e do Medicamento – Aula sobre Legislação Farmacêutica Nacional

— Em 16 de Setembro de 2005, na Faculdade de Direito de Coimbra, Centro de Direito Biomédico – Aula sobre Instituições e direito internacional e comunitário do medicamento

— Em 3 de Março de 2006, no Centro de Congressos do Estoril, Conferência Anual do INFARMED – comunicação subordinada ao título "Traços Gerais do Estatuto do Medicamento"

— Em 8 de Março de 2007, no Centro de Congressos de Lisboa, Congresso da Ordem dos Farmacêuticos – comunicação subordinada ao título "NOVO ESTATUTO DO MEDICAMENTO - Implicações e desafios para o Marketing Farmacêutico"

— Em 4 de Abril de 2008, na Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, XII Seminário AEFFUL Publicidade vs. Informação Como conheces o medicamento?, painel "Portugal na Europa: Uma visão actual" – comunicação subordinada ao título "Legislação Nacional - Perspectiva da Autoridade Reguladora".

— Em 15 de Abril de 2008, 4 de Dezembro de 2011, 18 de Outubro de 2014, 10 de Outubro de 2015, 7 de Outubro de 2016, 30 de Setembro de 2017, 29 de Setembro de 2018, 27 de Setembro de 2019, 3 de Outubro de 2020, 1 de Outubro de 2021, 30 de Setembro de 2022, 15 de Setembro de 2023 e 20 de Setembro de 2024, na Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, nas várias edições do Mestrado em Regulação da Farmácia e do Medicamento – Aula sobre "Legislação Farmacêutica Nacional".

— Em 19 de Março de 2011, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no II Curso Pós-Graduado de Direito Intelectual – Aula intitulada "O Acordo ADPIC/TRIPS no direito português: A perspectiva do acesso a medicamentos e da saúde pública".

— Em 25 de Janeiro de 2015, em 25 de Outubro de 2018 e em 17 de Novembro de 2020, no âmbito dos I, IV e V Cursos Pós-Graduados de Actualização sobre o Direito do Medicamento, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, aulas sobre "Autorização de Introdução no Mercado e suas Vicissitudes".

— Em 10 de Março de 2015, no Colóquio de Direito Luso-Brasileiro, organizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sobre o Direito fundamental à política de saúde pública, uma palestra sobre "Política do Medicamento".

— Em 10 de Março de 2015, no colóquio Cuidados de saúde transfronteiriços e Direito da União Europeia organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, palestra intitulada "Os cuidados de saúde transfronteiriços e o regime das receitas médicas emitidas noutro Estado membro".

— Em 21 de Julho de 2015, no I Curso pós-graduado em bioética - Desafios contemporâneos, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, uma palestra sobre "Conflitos de Interesse na Saúde".

— Em 7 de Junho de 2016, no seminário internacional VIII Diálogo Ambiental, Constitucional, Internacional, realizado pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense em Palmas, Estado do Tocantins, uma palestra intitulada "Acesso ao medicamento: o caso da Hepatite C em Portugal".

— Em 19 de Setembro de 2018, no Auditório do INFARMED, no âmbito da Conferência dos 25 Anos da mesma instituição, uma palestra intitulada "Direitos de Propriedade Industrial e Medicamentos: litígios no quadro da Lei n.º 62/2011, de 12 de Dezembro: Perspectivas de futuro".

— Em 15 de Outubro de 2018, no seminário internacional XIII Diálogo Ambiental Constitucional Internacional, realizado na Faculdade de Direito da Universidade de

Lisboa, uma palestra intitulada "As taxas moderadoras no ante-projecto de Lei de Bases da Saúde".

— Em 28 de Janeiro de 2019, no âmbito das Jornadas Luso Brasileiras do CIDP, realizadas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, uma palestra intitulada "As taxas moderadoras na proposta de Lei de Bases da Saúde".

— Em 29 de Janeiro de 2019, no colóquio luso-brasileiro CONAMP/ICJP/ICJ subordinado ao tema Direito Público e Risco, uma palestra intitulada "O acesso ao medicamento em Portugal: Desenvolvimentos recentes".

— Em 4 de Abril de 2019, no V Curso de Pós-Graduação em Bioética, realizado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, uma palestra intitulada "Ensaios clínicos, protecção dos participantes e acesso ao medicamento. Preocupações ético-jurídicas e de eficiência".

— Em 1 de Julho de 2019, na Universidade de Santiago de Compostela – Faculdade de Direito, e em 3 de Julho de 2019, na Escola de Direito da Universidade do Minho, no âmbito do seminário internacional XIV Diálogo Ambiental Constitucional Internacional, um palestra intitulada "A avaliação administrativa da segurança do medicamento pré-comercialização é absolutamente necessária?".

— Em 21 de Janeiro de 2020, no VI Curso Luso-Brasileiro de Direito Electrónico, realizado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, uma palestra intitulada "O Mercado *Online* dos Medicamentos".

— Em 4 de Dezembro de 2020, no II Curso Avançado de Direito da Saúde, organizado pelo ICJP/Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, uma palesta intitulada "O Regime Jurídico das Convenções".

— Em 25 de Outubro de 2021, no âmbito do *Post Graduate Course The Right to Health and Medicines in a Changing World*, organizado pelo *Kare College of Law* – Margao, India e pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, uma aula intitulada "The marketing authorization and the distribution of medicinal products".

— Em 10 de Novembro de 2021, na conferência "Sustentabilidade e eficiência no sector hospitalar: quão verdes podem ser os hospitais?", do ICJP/Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, realizado no Auditório do INFARMED, uma palestra intitulada "Aquisição de medicamentos e sustentabilidade".

— Em 14 de Janeiro de 2022, por via remota para a Escola de Direito da Universidade do Minho, uma aula no mestrado de Direito Fiscal intitulada "Contribuições financeiras, medicamentos e dispositivos médicos";

— Em 23 de Junho de 2022, na Universidad Complutense de Madrid, Espanha, no Seminário Internacional XVI Diálogo ACI, uma palestra intitulada "COVID-19: Lições na Área do Medicamento";

— Em 31 de Maio de 2023, participou como prelector no III Curso Avançado de Direito da Saúde, organizado pelo ICJP/Lisbon Public Law Research Centre, com uma palestra intitulada "O Regime Jurídico das Convenções";

— Em 23 de Junho de 2023, na Facultad de Derecho da Universidad de Salamanca, e em 26 de Junho de 2023, no Instituto Jurídico da Universidade de Coimbra, ambas no âmbito do XVIII Diálogo Ambiental, Constitucional e Internacional, duas palestras intituladas "Simplificação dos incentivos públicos à I&D farmacêutica";

— Em 24 de Janeiro de 2024, na Université Catholique de Lille, campus Issy-les-Moulineaux, Paris-França, no Seminário Internacional do Grupo de Pesquisa no CNPQ – XIX Diálogo ACI, realizado pelo Centre de Recherche C3RD da Université Catholique de Lille, campus Issy-les-Moulineaux, Paris-França, Centro de Investigação Jurídica – CIJ da Universidade do Porto e Pós-Unifor, uma palestra intitulada: "Transparência e medicamentos";

— Em 15 de Maio de 2024, participou como prelector no IV Curso Avançado de Direito da Saúde, organizado pelo ICJP/*Lisbon Public Law Research Centre*, com uma palestra intitulada "O Regime Jurídico das Convenções";

— Em 25 de Setembro de 2024, colaborou como reviewer de um artigo académico, a pedido da Facultad de Derecho de la Universidad Católica del Uruguay;

— Em 17 de Outubro de 2024, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no âmbito da conferência internacional Instrumentos Económico-Financeiros da Política Ambiental: Reflexões Luso-Brasileiras, uma palestra intitulada "A Análise Económica da Utilização de Recursos";

— Em 25 de Novembro de 2024, por via remota para a Centro Universitário Dom Helder, Belo Horizonte, Brasil, um seminário intitulado "Análise económica da utilização dos recursos";

— Em 19 de Maio de 2025, participou como prelector no V Curso Avançado de Direito da Saúde, organizado pelo ICJP/*Lisbon Public Law Research Centre*, com uma palestra intitulada "O Regime Jurídico das Convenções".

Adicionalmente, o signatário foi:

— Co-coordenador dos I, II e III Cursos de Pós-Graduação em Direito e Economia do Medicamento, organizados pelo Centro de Investigação de Direito Privado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, respectivamente com início em Janeiro de 2021, em Fevereiro de 2022 e em Janeiro de 2023, nos quais participou também como prelector de alguns dos módulos.

— Coordenador e único prelector dos Seminários de Mestrado em Direito Administrativo da Saúde e do Medicamento da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa - Escola do Porto, em Maio de 2024 e em Março/Abril de 2025.

Principais publicações:

— "Com um regime geral por horizonte: Contributo para a definição do parâmetro de igualdade e da base de cálculo das "demais contribuições financeiras a favor das entidades públicas"", Tese de Mestrado consultável em http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/19971/1/ulfd124179_tese.pdf;

— *O Acesso a Medicamentos em Portugal: Uma Análise Jurídico-Económica*, 2020, Lisboa, AAFDL;

— *Contribuições Financeiras, Medicamentos e Dispositivos Médicos*, 2020, Lisboa, AAFDL;

— *Breves Apontamentos sobre Direito Administrativo da Saúde e do Medicamento*, *e-Book*, 2025, Lisboa, edição de autor.

Publicações em obras colectivas:

— "O Acordo ADPIC/TRIPS no Direito Português: A Perspectiva do Acesso a Medicamentos e da Saúde Pública", *in Direito Industrial*, Volume VIII, APDI, 2012, Coimbra, Almedina;

— "Riscos associados a medicamentos: a garantia da segurança", *in Direito(s) dos Riscos Tecnológicos,* Carla Amado Gomes (coord.), 2014, Lisboa, AAFDL, 39-101;

— "O Tribunal Unificado de Patentes: alguns problemas do acesso a medicamentos em Portugal" *in Estudos de Direito Intelectual em homenagem ao Prof. Doutor José de Oliveira Ascensão. 50 anos de vida universitária,* Associação Portuguesa de Direito Intelectual, 695-714, e *E-Pública, Revista Electrónica de Direito Público*, n.º 2, 2015;

— "Arbitragem necessária sobre medicamentos e propriedade industrial: duas questões em aberto", *in Arbitragem e Direito Público*, 2015, Lisboa, AAFDL, 453-484;

— "Alguns aspectos sobre propriedade intelectual e medicamentos", *in Diálogo Ambiental, Constitucional e Internacion*al, [Jorge Miranda & Carla Amado Gomes (coord.), Bleine Queiroz Caúla & Valter Moura do Carmo (orgs.)], Vol. 5, Rio de Janeiro, *Lumen Juris* Editora e *in Revista Jurídica Luso-Brasileira*, Ano 2 (2016), n.º 6, 193-222;

— "Acesso ao medicamento: o caso da Hepatite C em Portugal", *in Revista Jurídica Luso-Brasileira*, Ano 2 (2016), n.º 5, 183-223, *e in Diálogo Ambiental, Constitucional e Internacional*, [Jorge Miranda & Carla Amado Gomes (coords.), Bleine Queiroz Caúla, Marco Anthony Stevenson Villas Boas & Valter Moura do Carmo (orgs.)], Vol. 8, Tocantins, Escola Superior da Magistratura Tocantinense, 117-150;

— "Reforma do contencioso administrativo: ganhos e perdas", *in Comentários à Legislação Processual Tributária*, [Carla Amado Gomes, Joaquim Freitas da Rocha e Tiago Serrão (coords.)], 2019, Lisboa, AAFDL, 111-129;

— "Regulação na justiça: a Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça", *in Garantia de Direitos e Regulação: Perspectivas de Direito Administrativo*, [Carla Amado Gomes, Ricardo Pedro, Rute Saraiva e Fernanda Maçãs (coords.)], 2020, Lisboa, AAFDL, 625-643;

— "Novamente os problemas do acesso a medicamentos em Portugal suscitados pelo Tribunal Unificado de Patentes", *in Diálogo Ambiental, Constitucional e Internacional*, [Jorge Miranda, Carla Amado Gomes & Susana Borràs Pertinat (coords.), Bleine Queiroz Caúla, Júlia Maia de Meneses Coutinho & Rômulo Guilherme Leitão (orgs.)], Vol. 10, 2021, Rio de Janeiro, *Lumen Juris* Editora, 169-193;

— "O regime excepcional de tramitação e prazos no contencioso e no procedimento administrativo", *in Direito Administrativo de Necessidade e de Excepção*, [Carla Amado Gomes e Ricardo Pedro (coords.)], 2020, Lisboa, AAFDL, 291-341;

— "Uma análise jurídico-económica do critério de discriminação positiva com base na idade no arrendamento urbano", *in Direito e Direitos dos Idosos*, [Carla Amado Gomes e Ana F. Neves (coords.)], 2020, Lisboa, AAFDL, 217-252;

— "O valor da causa no contencioso administrativo", *in Comentários à Legislação Processual Administrativa*, [Carla Amado Gomes, Ana F. Neves e Tiago Serrão (coords.)], Volume I, 2020, Lisboa, AAFDL, 877-901;

— "Critérios de escolha do procedimento: o valor e a tentação da adjudicação directa", *in Comentários ao Código dos Contratos Públicos*, [Carla Amado Gomes, Ricardo Pedro, Tiago Serrão e Marco Caldeira (coords.)], Volume I, 2021, Lisboa, AAFDL, 491-535;

— "Transparência e Medicamentos", *in Em Nome da Transparência no Direito Administrativo: Um Diálogo Luso-Brasileiro*, [Carla Amado Gomes, Ricardo Pedro, Eurico Bitencourt Neto (coords.)], 2023, Coimbra, Almedina, 785-811;

— "Critérios de escolha do procedimento: o valor e a tentação da adjudicação directa", *in Comentários ao Código dos Contratos Públicos*, [Carla Amado Gomes, Ricardo Pedro, Tiago Serrão, Marco Caldeira (coords.)], Volume I, 5.ª Edição, 2023, Lisboa, AAFDL, 635-680;

— "Contratos no âmbito da saúde", *in Dicionário dos Contratos Administrativos Especiais*, [Carla Amado Gomes, Marco Caldeira, Tiago Serrão, (coords.)], 2024, Coimbra, Almedina, 317-355;

— "O valor da causa no contencioso administrativo", *in Comentários à Legislação Processual Administrativa*, [Carla Amado Gomes, Ana F. Neves, Tiago Serrão (coords.)], Volume I, 2024, Lisboa, AAFDL, 975-999;

— "Reenvio prejudicial e órgãos jurisdicionais nacionais competentes em matéria tributárias", *in Comentários à Legislação Processual Tributária*, 2.ª edição, [Carla Amado

Gomes, Joaquim Freitas da Rocha, Tiago Serrão (coords.)], 2025, Lisboa, AAFDL, 481-518;

— "Centrais de compras públicas", *in Dicionário da Organização Administrativa,* [Carla Amado Gomes, Ana F. Neves, Tiago Serrão (coords.)], 2025, Coimbra, Almedina, 207-230;

— "Centros de saúde", *in Dicionário da Organização Administrativa,* [Carla Amado Gomes, Ana F. Neves, Tiago Serrão (coords.)], 2025, Coimbra, Almedina, 247-272;

— "Hospitais públicos", *in Dicionário da Organização Administrativa,* [Carla Amado Gomes, Ana F. Neves, Tiago Serrão (coords.)], 2025, Coimbra, Almedina, 733-764;

— "Environment and medicines", *in A Treatise on Environmental Law – Vol. III – Environmental Law and Other Legal Fields*, [Carla Amado Gomes, Heloísa Oliveira, Madalena Perestrelo de Oliveira (eds.)], 2025, Lisboa, *Lisbon Public Law Editions*.

Outras publicações:

— "A taxa sobre a comercialização de produtos cosméticos e de higiene corporal: questões de igualdade, liberdade de circulação de mercadorias e não discriminação", *in Revista do Instituto de Direito Brasileiro*, Ano 1, n.º 6 de 2012;

— "Alguns aspectos da autorização e do acesso ao mercado de medicamentos em Portugal", *in Revista do Instituto de Direito Brasileiro*, Ano 2, n.º 14 de 2013;

— "A taxa de segurança alimentar 'mais'", *in Revista do Instituto de Direito Brasileiro*, Ano 3, n.º 2 de 2014;

— "Medicamentos e direitos de propriedade industrial: Análise da génese e aplicação da Lei n.º 62/2011", *in Revista do Instituto de Direito Brasileiro*, Ano 3, n.º 3 de 2014;

— "O princípio da eficiência económica como parâmetro de validade material de soluções jurídico-tributárias", *in Revista do Instituto de Direito Brasileiro*, Ano 3, n.º 4 de 2014;

— "Breves Notas ao Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 187/2013 Quanto à Contribuição Extraordinária de Solidariedade", *in E-Pública, Revista Electrónica de Direito Público*, n.º 2, 2014;

— "Reflexões em torno da Contribuição Extraordinária de Solidariedade [2013 e 2014]", *in Revista do Ministério Público*, 138, Abril-Junho 2014;

— "Reprocessamento de Dispositivos Médicos de Uso Único: Dever e Consequências da Notificação de Incidentes pelos Profissionais de Saúde", *in Lex Medicinae*, Centro de Direito Biomédico, Ano 10, n.º 20, Julho-Dezembro 2013 (edição 2015);

— "Cuidados de saúde transfronteiriços: reconhecimento das prescrições médicas", *in Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas*, n.º 26, 2015;

— "Arbitragem Necessária de Medicamentos vs. Direitos de Propriedade Industrial e Acesso à Informação – anotação ao Ac. do TCA Sul de 30.4.2015, P. 12046/15", *in Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 114, Novembro/Dezembro de 2015, e *in Revista de Direito Civil*, n.º 1, 2016;

— "Breve análise dos conflitos de interesses na Saúde", *in O Direito*, Ano 149.º, II, 2017, Coimbra, Almedina, 359-402;

— "As Taxas Moderadoras no Ante-Projecto de Lei de Bases da Saúde", *in Revista Jurídica Luso-Brasileira*, Ano 5 (2019), n.º 1, 273-300;

— "Contra uma requisição civil, intimar, intimar: Anotação ao Acórdão do STA de 26 de Fevereiro de 2019, proc. 016/19.3BALSB", em co-autoria com Carla Amado Gomes, *in Revista de Direito Administrativo*, #6, Setembro-Dezembro de 2019, 112-117;

— "As Taxas Moderadoras e a Lei de Bases da Saúde", *in Revista Jurídica Luso-Brasileira*, Ano 6 (2020), n.º 1, 327-362;

— "Ensaios Clínicos, Protecção dos Participantes e Acesso ao Medicamento. Preocupações Ético-Jurídicas e de Eficiência", *in Revista Jurídica Luso-Brasileira*, Ano 6 (2020), n.º 1, 401-446;

— "O Mercado Online dos Medicamentos", *in Revista Jurídica Luso-Brasileira*, Ano 6 (2020), n.º 3, 291-336, e *in Direito, Tecnologia e Empreendedorismo: Uma visão luso-brasileir*a, Ricardo Lupion e Fernando Araújo (orgs.), Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020, 333-373;

— "Uma vacina para a COVID-19: recompensa por I&D e acesso", *in Revista do Ministério Público*, Número Especial COVID-19: 2020, 57-93;

— "Medicamentos para SARS-CoV-2 e COVID-19: *time matters*", *in Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Lisbon Law Review*, Número Temático: COVID-19 e o Direito, Ano LXI, Número 1, 2020, 81-96;

— "Propriedade de farmácia por sociedade anónima – Anotação ao Acórdão de 30 de Abril de 2020 da 1.ª Secção do TCA Norte, Processo n.º 00824/11.3BEPRT", *in Revista de Direito Administrativo*, #9, Setembro-Dezembro 2020, 107-113;

— "Patentes de segundo uso terapêutico: Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul (1.ª Secção) de 30.1.2020, P. 919/17.0BELSB", *in Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 138, Novembro/Dezembro 2019, 43-61;

— "Vacinas para a COVID-19: aspectos para reflexão", *in Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Lisbon Law Review*, Ano LXI, Número 2, 2020, 121-153;

— "COVID-19 e medicamentos: Vulnerabilidade, escassez e desalinhamento de incentivos", *in Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Lisbon Law Review*, Número Temático: Vulnerabilidade(s) e Direito, Ano LXII, Número 1, 2021, 145-168;

— "Breves notas sobre o regime jurídico das convenções para prestação de cuidados de saúde", *in Revista de Contratos Públicos*, n.º 26, Abril, 2021, 77-106;

— "Medicamentos de uso humano e ambiente", *in Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Lisbon Law Review,* Ano LXII, Número 2, 2021, 129-148;

— "Avaliação de tecnologias de saúde, acesso e sustentabilidade: desafios jurídicos presentes e futuros", *in Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Lisbon Law Review*, Número Temático: Tecnologia e Direito, Ano LXIII, Números 1 e 2, 2022, 217-236;

— "Mecanismos de incentivo à investigação e desenvolvimento de medicamentos: existe alternativa?", *in Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Lisbon Law Review,* Homenagem ao Professor José de Oliveira Ascensão, Ano LXIV, Número 1, 2023, 297-328;

— "Algumas notas sobre as recentes alterações à organização do Serviço Nacional de Saúde", *in Revista de Direito Administrativo*, #17, Maio-Agosto 2023, 125-135;

— "Falhas de abastecimento de medicamentos", *in Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Lisbon Law Review*, Ano LXIV, Número 2, 2023, 169-190;

— "Ainda o Regime Jurídico das Convenções", *in Revista Jurídica Luso-Brasileira*, Ano 9 (2023), n.º 5, 337-374;

— "Algumas lições a retirar da pandemia por COVID-19 para a área do medicamento", *in Revista Jurídica Luso-Brasileira*, Ano 9 (2023), n.º 4, 129-157, e *in Diálogo Ambiental,*

Constitucional e Internacional, [Jorge Miranda, Carla Amado Gomes, Rômulo Guilherme Leitão (coords.), Anna Carolina Alencar, Bleine Queiroz Caúla, Paula Santos Vieira (orgs.)], Vol. 23, 2024, Belo Horizonte, Sete Editores, 223-252.

No prelo:

— "O regime jurídico das convenções revisitado", *in Cadernos de Justiça Administrativa*.

Lisboa, Junho de 2025